

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público

Cargo: Juiz Substituto



CADERNO DE PROVA OBJETIVA (P₁)
Aplicação: 1.º/2/2004

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cem questões correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,05 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/03 GP, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de cinco horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de respostas e retire-se do local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 5/2/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — nos sítios <http://www.cespe.unb.br> e <http://www.tj.se.gov.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
- II 6 e 7/2/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e nos horários que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 10/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado de Sergipe e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 2/4/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final da prova discursiva e provisório das provas práticas.
- V 23/4/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final das provas práticas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de correção recursos em desacordo com o estabelecido no item 7 do Edital n.º 1/03 GP, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelos telefones 0(XX) 61 448 0100, 0(XX) 79 226 3100 / 226 3365 ou pela Internet, nos sítios <http://www.cespe.unb.br> ou <http://www.tj.se.gov.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada uma das questões de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA (P₁)

QUESTÃO 1

Os estados federados organizam-se e regem-se pelas constituições que adotam, com observância de princípios da Constituição Federal. Acerca do âmbito de autonomia política desses entes, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O Supremo Tribunal Federal (STF), analisando a validade de constituições estaduais, tem admitido atualmente que estas possam incluir os delegados de polícia na competência penal originária por prerrogativa de função do tribunal de justiça.
- 2 Independentemente de previsão na constituição estadual, o STF reconhece legitimidade a governador para expedir medida provisória em caso de relevância e urgência, haja vista a aplicação do princípio da simetria ao modelo federal em matéria de processo legislativo.

QUESTÃO 2

Dispõe a Constituição do Estado de Sergipe que compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou atos normativos estaduais em face da Constituição Estadual, e de lei ou de ato normativo municipal em face da Constituição Federal ou da Estadual. Considerando essa disposição, julgue os itens seguintes.

- 1 Carece de possibilidade jurídica a referida ação, no tribunal de justiça, quando tenha por objeto lei municipal confrontada com a Constituição da República.
- 2 No caso, deferida liminar na ação direta para suspender a execução de lei municipal por entender o tribunal que há ofensa à norma da Constituição Federal, é cabível, pelo município interessado, a interposição de reclamação ao STF, por ofensa a jurisdição desta excelsa corte.

QUESTÃO 3

Considere a hipótese de crime comum praticado por governador de um estado da Federação. A partir dessa situação e levando em conta as imunidades e prerrogativas do chefe do Poder Executivo estadual, julgue os itens a seguir.

- 1 Mesmo processado criminalmente por delito cometido durante o mandato, enquanto não sobrevier sentença condenatória, o governador não estará sujeito à prisão cautelar.
- 2 O julgamento do governador por crime comum depende de solicitação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) à Assembléia Legislativa, a quem compete admitir ou não a acusação.

QUESTÃO 4

Considerando a moderna hermenêutica constitucional e o papel do Poder Judiciário no desenvolvimento do direito, julgue os itens que se seguem.

- 1 A interpretação conforme a Constituição, como técnica alternativa de decisão no controle abstrato de constitucionalidade, permite à Corte, sem invalidar o texto da norma, restringir-lhe o alcance, com efeito vinculante.
- 2 O STF, como guardião da Magna Carta, tem legitimidade para invalidar norma constitucional originária, de modo a manter a unidade da Constituição.

QUESTÃO 5

Considerando a evolução dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 1 No modelo de estado social, cunhado no século XX, o intervencionismo estatal propiciou proteção a direitos dependentes de prestações positivas.
- 2 Enquanto os direitos de primeira geração foram reconhecidos a todos os indivíduos na democracia ateniense, os direitos de segunda geração ou dimensão, conhecidos como direitos de defesa do indivíduo frente ao Estado, são conquistas das revoluções francesa e americana.

QUESTÃO 6

No referente às competências das justiças comum, federal e estadual, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A proteção ambiental de determinada área por decreto do Poder Executivo federal desloca automaticamente o julgamento de crime ambiental nela ocorrido para a justiça federal.
- 2 As causas ajuizadas por segurados contra a autarquia federal de seguridade social, decorrentes ou não de acidentes do trabalho, somente serão processadas e julgadas na justiça estadual se a comarca não for sede de vara do juízo federal.

QUESTÃO 7

Considerando o sistema misto de controle de constitucionalidade vigente no Brasil e os poderes dos juízes, julgue os seguintes itens.

- 1 Ação civil pública, com causa de pedir fundada em inconstitucionalidade de lei estadual, deve ser extinta por impossibilidade jurídica.
- 2 Muito embora possa um juiz, para julgar a lide, afastar a aplicação de lei federal sob o fundamento de sua inconstitucionalidade, o órgão fracionário do tribunal não o pode fazer, salvo se o dispositivo legal questionado já tiver sido objeto de invalidação pelo respectivo tribunal pleno ou seu órgão especial, ou, ainda, pelo STF.

QUESTÃO 8

Julgue os seguintes itens, acerca de direitos, prerrogativas ou garantias dos magistrados.

- 1 Além de assegurar ampla defesa ao juiz, o tribunal de justiça, para removê-lo compulsoriamente, necessita de dois terços dos votos de seus integrantes.
- 2 A vitaliciedade traz como garantia a impossibilidade de o juiz perder o cargo por deliberação administrativa do respectivo tribunal.

QUESTÃO 9

No que concerne à organização da segurança pública e seus mecanismos de funcionamento e controle, julgue os itens a seguir.

- 1 As infrações penais militares praticadas por policiais militares e bombeiros militares não devem ser submetidas à apuração dos delegados de polícia.
- 2 A Polícia Federal, além de exercer as funções de polícia judiciária da União, possui poder de polícia no âmbito da administração pública federal.

QUESTÃO 10

Em razão de um prefeito municipal ter contratado empresa de publicidade para divulgação de jogos esportivos promovidos pela prefeitura, sem prévia licitação, foi ajuizada ação popular.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 1 São legitimados passivamente, no caso, tanto a prefeitura como o prefeito, devendo a ação tramitar no juízo de primeiro grau.
- 2 Embora se possa, pela ação popular, invalidar o ato lesivo ao patrimônio público, a condenação dos responsáveis há de ser perseguida em ação de ressarcimento específica.

QUESTÃO 11

Com relação aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

- 1 Não há óbice constitucional à elegibilidade de esposa de prefeito ao cargo de vereador no mesmo município, pois a inelegibilidade por motivo de parentesco somente alcança a candidatura ao cargo de chefe do Poder Executivo.
- 2 Juizes e promotores de justiça estão submetidos à vedação constitucional da filiação partidária, ainda quando estejam afastados dos respectivos cargos.

QUESTÃO 12

No referente ao *iter* procedimental e aos efeitos da incorporação de tratados internacionais à ordem jurídica brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 1 Se o tratado internacional relacionar-se a tributo, deve ser firmado pelo ente de direito público interno (União, estados, Distrito Federal ou municípios) a quem se atribua a respectiva competência tributária, devendo, ainda, ser aprovado por seu respectivo Poder Legislativo.
- 2 Mesmo com a incorporação ao direito brasileiro da Convenção Americana de Direitos Humanos — Pacto de São José —, o STF continua entendendo válida a prisão civil que atinge devedor fiduciante, que, vencido em ação de depósito, não entregou o bem objeto de alienação fiduciária em garantia.

QUESTÃO 13

Considerando a ordem constitucional social e seu âmbito de proteção a direitos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O problema da imputabilidade penal a menores de dezoito anos tem implicação constitucional, pois a matéria não é disciplinada apenas infraconstitucionalmente, e qualquer emenda tendente a rebaixar essa idade pode gerar discussão sobre violação de cláusula pétreia.
- 2 Seguridade social é conceito idêntico ao de previdência social, designando ações governamentais protetoras de direitos dos trabalhadores que contribuem, ainda que obrigatoriamente, para fundo de cobertura de doença, maternidade, invalidez, morte, desemprego e aposentadoria.

QUESTÃO 14

Em relação à doação, julgue os itens a seguir.

- 1 É aceitável a cláusula constante do acordo de separação que submeta a doação aos filhos de imóveis de propriedade do casal à condição de poder ser desfeita a qualquer tempo, pela vontade única dos doadores.
- 2 Se um imóvel for doado a um dos cônjuges, casados em regime de comunhão de bens, com cláusula de comunicabilidade ao outro, na ocorrência da morte de um deles, o objeto da doação passa ao domínio exclusivo do cônjuge supérstite.

QUESTÃO 15

Tiago comprometeu-se ao pagamento de R\$ 20.000,00, mediante instrumento particular de compromisso, composição e assunção de dívida, junto a administradora de consórcio, tendo em vista a aquisição de uma carta de crédito para a compra de um veículo, entregando-lhe, ainda, em garantia, um cheque na mesma importância, para ser resgatado em 4/12/2002, após o adimplemento da obrigação.

Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 1 O credor, para receber o seu débito, poderá optar por executar o cheque emitido por Tiago, por se tratar de título de crédito à vista, líquido e certo.
- 2 O credor deverá valer-se de ação monitória para receber a dívida consubstanciada em instrumento particular de confissão, composição e assunção de dívida.

QUESTÃO 16

José, casado com Maria pelo regime de comunhão parcial de bens, faleceu *ab intestato*, deixando os seguintes descendentes: Joaquim e Inácio (filhos), Míriam e João (netos, filhos de Francisco, filho pré-morto do *de cujus*). Deixou, ainda, os seguintes bens: uma casa adquirida quando já era casado com Maria, que servia de residência à família, e uma propriedade rural de 50 alqueires.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Joaquim e Inácio herdarão em nome próprio e por cabeça, e Míriam e João, por representação e por estirpe.
- 2 Será assegurado a Maria o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.

QUESTÃO 17

A respeito do direito das obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O inadimplemento absoluto em contrato bilateral confere pretensão de rescisão contratual à parte prejudicada; se não houver concordância das partes quanto à rescisão, esta se opera necessariamente por ação judicial.
- 2 Ocorrerá novação na hipótese de o emitente de cheque prescrito renegociar a dívida, emitindo novo título de crédito ao credor.

QUESTÃO 18

Julgue os itens a seguir.

- 1 É admitida a constituição de sociedade apenas entre cônjuges, porém de forma condicionada, ou seja, desde que o regime matrimonial de bens não seja da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória de bens.
- 2 O Código Civil admite que o avalista garanta totalmente a obrigação cambiária ou apenas uma parte dela.

QUESTÃO 19

Acerca da responsabilidade civil objetiva, julgue os itens que se seguem.

- 1 Em ação de reparação de danos materiais e morais proposta contra empresa prestadora de serviço de transporte coletivo, a responsabilidade civil é objetiva, não havendo que se perquirir acerca da culpa, excluindo-se a responsabilidade somente na hipótese de caso fortuito ou pela culpa exclusiva da vítima.
- 2 Cabível a condenação do Estado ao pagamento de danos morais decorrente de anulação de compra-e-venda, efetivada com base em instrumento de mandato falso, lavrado em tabelionato de notas.

QUESTÃO 20

Um vaso que se encontrava na janela do apartamento onde reside Cláudia caiu, danificando o veículo de propriedade de Beatriz, que se encontrava regularmente estacionado. Provou-se que Cláudia é inquilina e que o apartamento pertence a Márcia.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 1 A responsabilidade por fato das coisas funda-se no princípio da guarda e presume-se ser da proprietária do prédio, ou seja, a ação deve ser proposta contra Márcia.
- 2 Demandada em ação de indenização, poderá a ré eximir-se da obrigação de indenizar, alegando culpa concorrente da vítima ao estacionar embaixo de uma janela.

QUESTÃO 21

Considere, por hipótese, que, após firmar um contrato de arrendamento rural agrícola por tempo indeterminado, o proprietário alienou o imóvel a terceiro após o segundo ano do contrato. Nesse contexto, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O contrato terá sua vigência interrompida, resolvendo-se em perdas e danos, e os prejuízos experimentados pelo arrendatário serão suportados pelo adquirente.
- 2 No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário teria preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que pudesse exercer o direito de preferência, caso fosse do seu interesse.

QUESTÃO 22

Com relação aos títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- 1 É permitida a execução sem a apresentação da duplicata ou da triplicata, desde que a petição inicial venha acompanhada de comprovante do protesto e de documento que comprove a entrega e o recebimento da mercadoria.
- 2 Se for comprovada a perda, o extravio ou a retenção da duplicata, admite-se a emissão de triplicata em substituição. No entanto, a retenção da duplicata remetida para aceite é condição para o protesto por indicação.

QUESTÃO 23

Tito adquiriu um veículo mediante financiamento, em instituição financeira, a ser pago em 36 parcelas, com taxa de juros prefixada de 2,30% ao mês, juros de mora de 1% ao mês, juros remuneratórios à taxa de mercado e multa contratual de 2% sobre o montante devido. Tito, sentindo-se prejudicado, propôs ação revisional de cláusulas contratuais.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 1 Os juros moratórios deverão ser fixados no limite de 12% ao ano.
- 2 O contrato deve ser revisto para excluir a comissão de permanência, por estar estipulada em aberto, e, em face de sua cumulação com multa moratória/juros moratórios, bem como sua potestatividade em relação ao cálculo.

QUESTÃO 24

No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A guarda é um dos atributos do poder familiar, mas não se exaure nele nem com ele se confunde; assim, a guarda pode existir sem o poder familiar, como, reciprocamente, este pode ser exercido sem a guarda.
- ❷ O menor privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que, eventualmente, em razão da manifesta impossibilidade dos pais em provê-las, é considerado em situação irregular, ou abandonada e, portanto, alvo de ação jurisdicional.

QUESTÃO 25

Com referência à teoria da desconsideração da personalidade, julgue os itens a seguir.

- ❶ A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica não conduz à extinção da sociedade, que permanece existindo regularmente, mas, tão-somente, afasta a separação patrimonial em uma determinada circunstância.
- ❷ Aplica-se a desconsideração da personalidade jurídica quando houver a configuração de abuso ou desvio de finalidade, ou quando houver confusão patrimonial entre a sociedade e seus membros.

QUESTÃO 26

A respeito do direito sucessório dos cônjuges e companheiros, julgue os itens seguintes.

- ❶ Não haverá concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes do *de cuius*, se o regime de bens do casamento foi o da comunhão universal ou separação obrigatória de bens ou se o autor da herança não tiver deixado bens particulares.
- ❷ Na hipótese do falecimento de uma pessoa que vivia em união estável, não deixando descendentes, nem ascendentes, nem colaterais até o quarto grau, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança, ou seja, o direito sucessório incidirá em todos os bens deixados pelo *de cuius*.

QUESTÃO 27

Em relação às provas, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Constitui prova lícita, admitida no processo civil, a reprodução de conversa mantida pelas partes e gravada por uma delas.
- ❷ Nos processos em que se pleiteia direito relativo a consumidor, o juiz deve, obrigatoriamente, ao despachar a inicial, determinar a inversão do ônus da prova se o consumidor for hipossuficiente, devendo tal circunstância constar do mandado de citação do réu.

QUESTÃO 28

Julgue os itens a seguir.

- ❶ Determinada a citação do réu, o juiz não poderá mais indeferir a inicial, por inépcia, tendo em vista a ocorrência da preclusão *pro iudicato*.
- ❷ É vedada a imposição de condenação em custas e honorários advocatícios ao vencido que for beneficiário da justiça gratuita.

QUESTÃO 29

Acerca das ações indenizatórias, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Uma empresa de transporte coletivo, demandada em ação de reparação de danos, por passageiros vitimados a bordo de ônibus da empresa envolvido em acidente, poderá nomear à autoria o motorista, causador direto do dano.
- ❷ Proposta ação para reparação de danos materiais pela qual se pleiteia a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 35.000,00, em razão de ilícito praticado, entendendo o juiz que os danos não restaram comprovados, pode condenar o réu tão-somente ao dever de indenizar, remetendo as partes para a fase de liquidação de sentença, onde se apurará o valor devido.

QUESTÃO 30

No referente às consignatórias, julgue os itens a seguir.

- ❶ É vedado o uso da ação consignatória se houver divergência das partes quanto a interpretação de cláusula do contrato que dispõe sobre o reajuste da prestação, devendo tal questão ser dirimida nas vias ordinárias.
- ❷ É cabível a consignação em pagamento antes do vencimento da dívida, mas não é cabível se o devedor estiver em mora.

QUESTÃO 31

Quanto à competência, julgue os itens seguintes.

- ❶ Ocorrendo acidente causado por veículo pertencente à União, em comarca que não seja sede da justiça federal, o juiz de direito do local do fato será competente para processar e julgar o feito, sendo os recursos contra as suas decisões interpostos perante o tribunal regional federal competente.
- ❷ Deferida a denunciação da lide, e citado o litisdenunciado, não poderá este excepcionar o foro alegando residir em outra comarca, já que no processo civil a competência é fixada em relação à ação principal.

QUESTÃO 32

Ainda em relação à competência, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os litígios relativos a acidente do trabalho são julgados perante a justiça federal, determinando-se a competência, na hipótese, *ratione personae*, tendo em vista a presença do INSS, autarquia federal, em um dos pólos da demanda.
- 2 Será competente o tribunal de justiça, e não o STJ, para julgar ação rescisória de acórdão pelo primeiro prolatado, ainda que a parte tenha interposto recurso especial que não tenha sido conhecido por falta de prequestionamento.

QUESTÃO 33

Julgue os itens abaixo, relativos aos princípios que regem o direito processual civil.

- 1 É admissível, e não viola o direito de ampla defesa, a contestação deduzida por defensor público, nomeado curador especial de réu revel, citado por edital, que, em vez de contestar especificadamente os fatos alegados pelo autor, limita-se a contestar por negativa geral.
- 2 O juiz pode condenar o réu ao pagamento de juros legais, despesas e honorários de advogado, ainda que o autor não tenha expressamente feito tal pedido na inicial.

QUESTÃO 34

Quanto à execução, julgue os itens a seguir.

- 1 É lícito ao executado — citado para ação de execução de sentença homologatória de transação que firmara com seu adversário para pôr fim a ação de cobrança que tramitava entre eles — opor embargos para anular a sentença homologatória, alegando, para tanto, que a transação fora fruto de erro, dolo ou coação.
- 2 Somente a prescrição ocorrida após a sentença condenatória autoriza a oposição de embargos do devedor.

QUESTÃO 35

No que se refere à sentença e a recursos, julgue os itens seguintes.

- 1 Suponha que o juiz, tendo julgado procedentes os pedidos de reparação de danos formulados pelo autor, tenha imposto ao réu condenação ao pagamento de R\$ 50.000,00 por danos materiais e R\$ 20.000,00 por danos morais. Nessa hipótese, interposta apelação pelo réu apenas em relação à condenação por danos morais, se o tribunal, ao julgar o recurso, decretar a extinção do processo por ilegitimidade de parte, subsistirá a condenação em relação aos danos materiais.
- 2 Não merece provimento o recurso interposto contra a sentença que condenou o recorrente, autor de ação de oferta de alimentos, em quantia superior àquela ofertada na inicial, não constituindo a hipótese violação aos princípios da adstrição e da demanda.

QUESTÃO 36

Ainda em relação à sentença e aos recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Embargos de declaração opostos com nítido e exclusivo propósito de prequestionamento têm caráter protelatório, ensejando a imposição de multa ao embargante.
- 2 A sentença prolatada por juízo incompetente, após o seu trânsito em julgado, pode ser objeto de execução sem que o devedor possa opor o vício em embargos do devedor, embora a sentença esteja, pelo prazo de dois anos, sujeita a ação rescisória. Findo esse prazo, o vício apontado estará irremediavelmente sanado e não mais poderá ser fundamento para, de qualquer forma, desconstituir a sentença.

QUESTÃO 37

A respeito da ação rescisória, julgue os itens que se seguem.

- 1 Se a rescisória é proposta contra acórdão proferido por tribunal de justiça que não deu provimento ao recurso de apelação, mantendo integralmente a sentença recorrida, a decisão a ser rescindida será a de primeiro grau, já que, mantida esta em todos os seus termos, não foi substituída pelo acórdão.
- 2 O rejuízo *ex integro* nem sempre se opera, uma vez que a decisão pode vir a ser rescindida exatamente porque violou coisa julgada anterior, caso em que a rescisão é suficiente para repristinar a decisão ofendida.

QUESTÃO 38

Em relação à ação popular e à ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- 1 A sentença que julga improcedente a ação popular está sujeita a reexame obrigatório, exceto se a improcedência estiver fundada na deficiência de provas, porque, em tal hipótese, a sentença não é apta a formar a *res judicata*, evidenciando-se a falta de interesse no reexame.
- 2 O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do direito do consumidor, ainda que a hipótese não verse sobre interesse difuso ou coletivo, mas individual homogêneo.

QUESTÃO 39

Em relação aos princípios da legalidade e da anterioridade, julgue os itens a seguir.

- 1 A medida provisória, por ter força de lei, mesmo antes de sua aprovação pelo Congresso Nacional pode instituir crime ou pena criminal.
- 2 É possível suprir lacuna da lei em norma incriminadora.

QUESTÃO 40

Quanto à aplicação da lei penal no espaço, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O princípio básico que norteia a aplicação da lei penal brasileira é o da territorialidade temperada.
- 2 Os crimes praticados fora do território brasileiro, a bordo de embarcações ou aeronaves nacionais privadas e ali não-julgados, são hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.

QUESTÃO 41

No que se refere à relação de causalidade e à culpabilidade, julgue os itens a seguir.

- 1 A diferença entre as teorias limitada e extremada ou estrita da culpabilidade reside no tratamento dado ao erro nas discriminantes putativas, sendo impossível, de acordo com esta última, a condenação do agente por crime culposos.
- 2 Quanto à relação de causalidade, o Código Penal (CP) adotou a teoria da equivalência.

QUESTÃO 42

Um indivíduo, autor de 15 estupros, arrastou uma mulher e seus pertences ao local em que costumava atacar as suas vítimas. Ao perceber que a vítima usava absorvente, o agente fugiu.

Considerando essa situação hipotética e quanto à tentativa e à desistência voluntária, julgue os seguintes itens.

- 1 Aplicando-se a regra da desistência voluntária, o indivíduo vai responder pelo crime de constrangimento ilegal.
- 2 O CP adotou a teoria objetiva quanto à punição do crime na modalidade tentada.

QUESTÃO 43

Quanto à desistência voluntária, ao arrependimento eficaz e ao arrependimento posterior, julgue os itens a seguir.

- 1 Na desistência voluntária, o agente pratica todos os atos de execução e evita que o resultado ocorra.
- 2 Se o arrependimento situar-se na esfera de execução do crime, pode haver excludente de tentativa, desde que não sobrevenha o resultado. Se ocorrer depois da execução, só será admitido o arrependimento posterior, considerado causa de diminuição de pena.

QUESTÃO 44

Sérgio, armado com pistola, entrou na padaria de Manoel e anunciou um assalto. Diante da recusa na entrega do dinheiro, Sérgio atirou na cabeça de Manoel e fugiu levando a *res furtiva*. Manoel sobreviveu às lesões.

Acerca dessa situação hipotética e do concurso de crimes, julgue os itens seguintes.

- 1 Pelo princípio da consunção, será imputado a Sérgio o crime de latrocínio tentado e ele cumprirá a pena integralmente em regime fechado.
- 2 Havendo concurso entre crime e contravenção, a prisão simples, imposta cumulativamente com detenção ou reclusão, será executada por último.

QUESTÃO 45

Lineu, atrasado para o trabalho, entrou no táxi de Augusto e pediu que este acelerasse. Obedecendo à ordem, Augusto acelerou e, em conseqüência disso, atropelou e matou um transeunte.

Em face dessa situação hipotética e quanto à co-autoria e à participação no concurso de agentes, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Augusto e Lineu responderão pelo crime de homicídio culposos, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, em co-autoria.
- 2 Existe participação em crime culposos.

QUESTÃO 46

Maurílio, preocupado com os furtos na comunidade onde mora, instalou cerca eletrificada com placas indicativas do perigo em seu lote. Everaldo, seu vizinho, idoso, em dia de chuva, encostou na cerca e, em razão do choque, caiu e ficou lesionado fisicamente.

Considerando essa situação hipotética e as excludentes da antijuridicidade, julgue os itens seguintes.

- 1 Há divergência doutrinária a respeito da natureza jurídica das ofendículas, que são consideradas por alguns como exercício regular de um direito e por outros, como legítima defesa; porém, se apanham um inocente, como no caso em apreço, há pelo menos crime culposos.
- 2 No estado de necessidade defensivo, não há crime de furto quando o agente, objetivando socorrer vítima de atropelamento ao hospital, subtrai veículo estacionado próximo ao local.

QUESTÃO 47

Em viagem de lua-de-mel ao Canadá, Ronaldo, exímio nadador profissional, convidou sua esposa, Érika, nadadora recreativa, para atravessar um grande lago com ele. Érika, no meio do percurso, morreu afogada e Ronaldo completou o percurso.

Com base nessa situação hipotética e quanto à ação e à omissão na lei penal brasileira, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A conduta omissiva de Ronaldo, quanto à morte de Érika, não é penalmente relevante.
- ❷ A ação culposa não exige voluntariedade na conduta.

QUESTÃO 48

Quanto à aplicação da lei penal no espaço, julgue os itens a seguir.

- ❶ O critério adotado pelo CP para a determinação do local em que o crime foi cometido é o da teoria do resultado.
- ❷ A denúncia oferecida contra brasileiro que praticou crime fora do território nacional, sem que ele entre no Brasil, será rejeitada por faltar condição de procedibilidade.

QUESTÃO 49

Carlos, viúvo e servidor público, induzia a filha de 13 anos de idade a presenciar as suas relações sexuais com namoradas e foi condenado a 3 anos de prisão pelo crime de corrupção de menores, em cuja sentença foi determinado o cumprimento inicial da pena em regime fechado e a incapacidade para o exercício do pátrio poder.

Em face dessa situação hipotética e em relação aos efeitos da condenação e à reabilitação, julgue os itens seguintes.

- ❶ Em sua reabilitação, Carlos será reintegrado ao exercício do pátrio poder.
- ❷ Em sua condenação, Carlos perdeu o cargo.

QUESTÃO 50

Quanto às causas excludentes da ilicitude, julgue os itens a que se seguem.

- ❶ Na hipótese de adolescente ser vítima de crime de ação penal privada e seu representante legal não oferecer a queixa no prazo decadencial, o ofendido poderá oferecê-la dentro desse prazo a partir da sua maioridade.
- ❷ Sendo o perdão ato bilateral e havendo dois ou mais réus, a recusa enseja o prosseguimento da ação penal tão-somente em relação ao querelado que recusou.

QUESTÃO 51

No que concerne à relação de causalidade e à culpabilidade, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Na embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, desde que o agente fique inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, aplica-se a teoria da *actio libera in causa*.
- ❷ A coação moral irresistível e a obediência hierárquica não excluem a culpabilidade.

QUESTÃO 52

O presidente da República decretou estado de exceção para restabelecer ordem pública na região de fronteira com o país X, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, por tempo determinado, em cuja vigência, Odorico, casado, foi indiciado por crime contra o Estado.

Em face dessa situação hipotética e em relação ao inquérito policial, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O indiciado tem o direito de comunicabilidade com a sua esposa em caráter incontestável.
- ❷ No retorno à situação de normalidade, o direito de comunicabilidade do indiciado será igualmente garantido, sob qualquer hipótese.

QUESTÃO 53

Eduardo e sua namorada, Márcia, usuários de entorpecentes, resolveram subtrair os eletrodomésticos da casa do primeiro, que residia com a mãe, objetivando revendê-los para custear o vício. O Ministério Público ofereceu denúncia contra Márcia.

Considerando essa situação hipotética e quanto à ação penal, julgue os itens a seguir.

- ❶ Nas escusas absolutórias, também conhecidas como condições objetivas de punibilidade, ao agente não se imporá pena por circunstâncias pessoais expressas na lei, embora a instauração do inquérito policial se tenha dado obrigatoriamente pela autoridade policial, pela sujeição ao princípio da legalidade.
- ❷ Ao receber a denúncia do crime acima narrado, o juiz deve rejeitá-la por ausência de representação, causa de nulidade absoluta no processo.

QUESTÃO 54

Quanto à aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O deputado federal autor de crime comum praticado durante o exercício de mandato somente será julgado perante o STF, após ciência à Casa da qual seja membro e com a respectiva autorização legislativa, mediante votação da maioria de seus membros, no prazo improrrogável de 45 dias do seu recebimento pela Mesa Diretora, de andamento da ação.
- ❷ A contagem do prazo prescricional de crime comum praticado por senador durante o exercício de mandato suspender-se-á enquanto não for deliberado o pedido de sustação pela Casa e, se decidido favoravelmente pela sustação, enquanto durar o mandato.

QUESTÃO 55

Jenifer é proprietária de uma auto-escola e está sendo acusada de falsificar carteiras de habilitação e entregá-las como autênticas aos alunos, que pagaram pelo curso e não passaram no exame, sob a alegação de que o departamento de trânsito as enviou. Para provar sua inocência, ela interceptou e gravou conversas telefônicas em que Charlie, empregado da auto-escola, confessava a autoria do crime.

Com base nessa situação hipotética e no referente à prova, julgue os seguintes itens.

- ❶ Jenifer, por seu advogado, poderá requerer a degravação das fitas gravadas à autoridade policial, que não estará obrigada a deferir o pedido. No processo, Jenifer poderá ser absolvida com base na prova, que não servirá para alicerçar processo contra Charlie.
- ❷ Ao empregado aplica-se o sistema da exasperação da pena, no que concerne ao crime continuado.

QUESTÃO 56

No que se refere à extinção da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- ❶ A ausência de pedido de condenação pelo querelante em suas alegações finais é suficiente para a extinção da punibilidade.
- ❷ O funcionário público condenado por peculato que repara o dano antes do trânsito em julgado da sentença tem a punibilidade extinta, desde que sua conduta tenha sido culposa.

QUESTÃO 57

Arlindo, empregado como caminhoneiro em Brasília – DF, recebeu ordem do empregador para entregar um carregamento de ouro em Goiânia – GO. Arlindo, apesar de ter saído de Brasília com a carga, não entregou o ouro e desapareceu.

Quanto à competência e às questões prejudiciais no contexto dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- ❶ Considera-se como lugar da infração o local onde o agente devia prestar contas.
- ❷ Se, no processo criminal, Arlindo alegar que a carga pertencia a ele, por crédito que tinha com o patrão, existindo uma ação cível para resolver essa questão, o juiz estará obrigado, em qualquer hipótese, a suspender o curso do processo criminal, até a solução da lide cível.

QUESTÃO 58

No que se refere a ação civil, julgue os seguintes itens.

- ❶ A sentença penal condenatória é declaratória quanto à indenização civil.
- ❷ A reparação do dano é obrigatória quando o autor do crime praticado em legítima defesa tiver incorrido nas hipóteses de *aberratio ictus* ou *aberratio criminis*.

QUESTÃO 59

O processo penal reconhece o instrumento do *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A condição de autoridade coatora é assumida pelo juiz a partir do momento em que recebe a denúncia, concomitantemente ao delegado de polícia e ao promotor de justiça.
- ❷ O *habeas corpus*, incluído no Código de Processo Penal em capítulo próprio, assume características genuínas de recurso.

QUESTÃO 60

A corretora de imóveis Carla foi indiciada em inquérito policial, juntamente com os três sócios, pela prática reiterada do crime de estelionato. Seu *modus operandi* era vender o mesmo imóvel a mais de uma pessoa. Em uma de suas empreitadas, ofereceu um lote a Vasco, que, sabedor da conduta de Carla, foi a uma delegacia e noticiou o fato à autoridade policial, comunicando data, horário e local marcado por ela para concretizarem o negócio. Na data informada e no momento em que Carla e Vasco estavam no caixa do banco objetivando transferir a quantia de uma conta para outra, surgiu a polícia.

Quanto a essa situação hipotética e à prisão em flagrante, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O fato em consideração trata do flagrante esperado, podendo ser lavrado o auto de prisão respectivo por tentativa de estelionato.
- ❷ O flagrante preparado é hipótese de crime putativo por obra do agente provocador.

QUESTÃO 61

Quanto às exceções, julgue os seguintes itens.

- ❶ Da decisão do juiz acionista da sociedade interessada no processo em que oficia e que se dá por suspeito não cabe recurso.
- ❷ Não se poderá opor exceção de suspeição à autoridade policial que preside o inquérito policial.

QUESTÃO 62

Acerca das medidas assecuratórias e aos incidentes, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ É cabível o seqüestro dos bens móveis considerados produto direto do crime, ainda que já tenham sido transferidos a terceiros, sendo admitido o mandado de segurança em oposição à decisão que o concedeu ou não.
- ❷ Em sede de incidente de sanidade mental, o laudo pericial psicológico realizado como incidente de outra ação penal pode ser utilizado como prova emprestada, permanecendo suspenso o processo criminal até a sua conclusão.

QUESTÃO 63

Quanto à prisão, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Não se imporá a prisão preventiva ao acusado que se apresentar espontaneamente à autoridade judiciária.
- ❷ O juiz não pode decretar, de ofício, a prisão temporária do indiciado que não tem residência fixa ou não fornece elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

QUESTÃO 64

João de Deus, Maria dos Anjos e Pedro Santos decidiram constituir uma sociedade empresária em que todos os sócios tenham as mesmas responsabilidades sociais. Para tanto, entre outros pontos, precisam definir o nome empresarial.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, quanto à correta aplicação das normas legais relativas à formação de nomes empresariais.

- ❶ A sociedade é limitada e seu nome poderá ser Comércio de Cereais João de Deus e Maria dos Anjos Limitada.
- ❷ A sociedade é em nome coletivo e seu nome poderá ser João de Deus & Maria dos Anjos.

QUESTÃO 65

Em 2/1/2004, Estélio vendeu a Inocêncio seu estabelecimento comercial, por meio de ato tornado público na mesma data. Naquela oportunidade, Estélio havia constituído e contabilizado, em nome do estabelecimento, duas dívidas: uma, vencida em 15/12/2003, e a outra, vincenda em 15/12/2004.

Em face dessa situação hipotética e de acordo com a legislação vigente, referente à responsabilidade de Estélio acerca das duas dívidas, julgue os seguintes itens.

- ❶ Estélio mantém-se solidariamente responsável pela primeira dívida durante todo o ano de 2003.
- ❷ Estélio mantém-se solidariamente responsável pela segunda dívida somente até janeiro de 2004.

QUESTÃO 66

O direito comercial atual está fundado, entre outros, no conceito de empresa e de empresário. Acerca desses conceitos, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Considera-se, em regra, empresário o produtor de serviços que o faz profissionalmente.
- ❷ A participação de colaboradores e empregados no exercício profissional liberal, como o exercício da engenharia, não caracteriza, por si só, a atividade empresarial.

QUESTÃO 67

O Código Civil de 2002 alterou parcialmente a estrutura de classificação das sociedades estabelecida no Código Comercial de 1850. No que tange às alterações introduzidas, julgue os itens seguintes.

- ❶ O Código Civil deu personalidade às sociedades informais, às quais passou a classificar como sociedade comum.
- ❷ O Código Civil alterou as regras da sociedade do tipo de capital e indústria, mantendo, porém, a estrutura societária composta de sócios de capital e sócios de indústria.

QUESTÃO 68

O nascimento e a extinção da personalidade são fatos jurídicos que balizam o critério temporal para o início e o término das obrigações dos sócios. Acerca dessa matéria, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em regra, as obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato social, porém esse pode fixar outra data de início das obrigações.
- ❷ Dissolvida uma sociedade, extinguem-se as obrigações dos sócios.

QUESTÃO 69

Uma inovação trazida pelo Código Civil para as sociedades limitadas foi a previsão de constituição de conselho fiscal. No referente a esse conselho, julgue os itens que se seguem.

- 1 Uma sociedade pode ter ou não conselho fiscal, conforme defina o contrato social.
- 2 É dever dos membros do conselho fiscal examinar, pelo menos trimestralmente, o estado do caixa da sociedade.

QUESTÃO 70

Um grupo de comerciantes decidiu formar uma companhia e, para tanto, cada um vai integralizar seu capital com parte do seu patrimônio; nem todos, porém, têm recursos financeiros suficientes e pretendem integralizar seu capital de outras formas.

Com base nessa situação hipotética e acerca da validade das formas de integralização pretendidas, julgue os itens seguintes.

- 1 Não é admissível que um sócio integralize sua parcela em créditos.
- 2 É admissível que a integralização de um sócio se faça com parte em dinheiro e parte em bens.

QUESTÃO 71

A legislação das sociedades por ações permite a integralização em bens. No que se refere a essa faculdade admitida em lei, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Os bens somente serão aceitos como integralização de capital após serem submetidos a avaliação, que poderá ser efetuada por três peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia geral dos subscritores.
- 2 Os subscritores ou acionistas que contribuírem com bens para a formação do capital social terão responsabilidade civil sobre esses bens idêntica à do vendedor.

QUESTÃO 72

Uma das mais evidentes preocupações da legislação sobre cheques é a definição do local de pagamento. Para tanto, a Lei Uniforme Relativa ao Cheque, promulgada no Brasil por meio do Decreto n.º 57.595, de 7/1/1966, estabeleceu algumas regras sobre a matéria. Com base nessas regras, julgue os seguintes itens.

- 1 O local designado ao lado do nome do sacado é, por regra, considerado o local em que deve ser feito o pagamento.
- 2 Um documento com todas as características de forma e de conteúdo previstos nas normas sobre cheque, ressalvada a falta da indicação do local de emissão, não produz efeito como cheque.

QUESTÃO 73

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, caso o Estado de Sergipe adquira o controle de uma sociedade de economia mista, os acionistas restantes terão direito de pedir, dentro de 60 dias da publicação da ata da primeira assembléia geral realizada após a aquisição do controle, o reembolso das suas ações. Entretanto, os acionistas remanescentes não terão esse direito,

- 1 se a sociedade foi adquirida apenas com o intuito de ser revendida a esses mesmos acionistas remanescentes.
- 2 se a sociedade adquirida já se achava sob o controle direto da União.

QUESTÃO 74

Liquidada extrajudicialmente a instituição financeira Banco Austral S.A., passam a incidir as normas legais sobre responsabilização de administradores e membros do conselho fiscal.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Tanto os administradores do Banco Austral S.A. como os membros de seu conselho fiscal respondem pelos atos que tiverem praticado ou pelas omissões em que houverem incorrido.
- 2 O patrimônio dos administradores e membros do conselho fiscal pode ser afetado pelas obrigações por eles assumidas durante sua gestão até que essas obrigações sejam cumpridas.

QUESTÃO 75

O protesto é o ato pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Relativamente à aplicação desse instituto ao cheque, julgue os itens que se seguem.

- 1 O protesto somente pode ser lavrado no lugar do pagamento do cheque.
- 2 Para que se promova o protesto, deve constar do cheque a prova de apresentação ao banco sacado, salvo se o protesto tiver por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.

QUESTÃO 76

Julgue os itens abaixo relativos ao ato administrativo.

- 1 A nulidade de um ato administrativo pode ser decretada de ofício pelo juiz, tendo o pronunciamento de invalidade eficácia *ex tunc*, o que impede que ele gere quaisquer efeitos, em face do princípio da supremacia do interesse público.
- 2 No âmbito da administração pública, a presunção de legitimidade é qualidade inerente a todo ato administrativo, ao passo que a imperatividade só está presente nos atos administrativos que impõem obrigações a terceiros.

QUESTÃO 77

Com relação aos bens públicos e ao controle da administração pública, julgue os seguintes itens.

- 1 Embora os bens públicos sejam impenhoráveis e não sujeitos à oneração, admite o ordenamento jurídico brasileiro, presentes certas condições, a possibilidade de que eles sejam objeto de sequestro.
- 2 O Poder Executivo Estadual exerce a fiscalização hierárquica dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta com a finalidade, entre outras, de aprimorar os serviços e aumentar a produtividade.

QUESTÃO 78

No que se refere a contrato administrativo e licitações, julgue os itens a seguir.

- 1 Se a suspensão da execução do contrato administrativo, por iniciativa da administração pública, por prazo superior a 120 dias, contar com a concordância do particular contratado, ela terá por efeito apenas a suspensão automática da contagem dos prazos contratuais do cronograma de execução por período igual ao da suspensão.
- 2 Segundo jurisprudência do STJ, no procedimento licitatório, o vício formal da proposta ou da documentação de um licitante, ainda que irrefutável, não implica a sua desclassificação automática, sendo necessária, para que ocorra a desclassificação, a comprovação de que o vício importou prejuízo ao interesse público ou aos demais licitantes.

QUESTÃO 79

A respeito de licitações, julgue os itens que se seguem.

- 1 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, o qual pode ser um fato novo, um fato preexistente desconhecido à época da publicação do edital ou inconveniência comprovada para a administração pública decorrente da aplicação do critério por ela adotado para a seleção da melhor proposta.
- 2 Nos termos da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, que estabelece as normas gerais sobre licitação, a dispensa de licitação na concessão de direito real de uso de bens imóveis, quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da administração pública, prescinde de justificção.

QUESTÃO 80

Quanto a contratos de gestão e a processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 1 O objeto dos contratos de gestão que podem ser celebrados entre os particulares e a administração pública restringe-se às atividades que, por previsão constitucional, são passíveis de serem regidas pelo regime jurídico de direito privado.
- 2 Segundo jurisprudência do STJ, há nulidade do processo administrativo disciplinar, por cerceamento de defesa, quando a sua portaria de instauração faz referências genéricas aos fatos imputados ao servidor, deixando de expô-los minuciosamente.

QUESTÃO 81

Acerca de agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Não há impedimento constitucional para que, nos quadros de um mesmo órgão da administração direta, sejam admitidos servidores públicos, regidos pelo regime estatutário, e empregados públicos, sendo que tanto os ocupantes do cargo efetivo quanto os ocupantes do emprego público devem ser investidos após aprovação em concurso público.
- 2 No âmbito estadual, qualquer que seja a categoria funcional, a opção pela remuneração do servidor público por meio de subsídio é uma faculdade da administração pública.

QUESTÃO 82

Julgue os itens a seguir, relativos aos poderes da administração.

- 1 Não é possível a apreciação judicial de ato da administração pública, praticado no exercício de seu poder discricionário, porque tal apreciação implica análise do mérito administrativo.
- 2 O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos que estejam vagos, exercendo, assim, o seu poder administrativo regulamentar, ainda que este decreto não tenha natureza regulatória.

QUESTÃO 83

Com relação à desapropriação e à servidão administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 1 Após o apossamento dos bens pela administração pública e a sua integração ao domínio público, em razão de desapropriação indireta, não é possível a reintegração na posse ou reivindicação desses bens pelo proprietário desapropriado, cabendo-lhe pleitear indenização por perdas e danos, a qual terá como uma de suas parcelas os juros compensatórios.
- 2 A servidão administrativa não aparente, instituída por meio de acordo ou sentença judicial, deve ser precedida por ato declaratório da servidão e só será oponível a terceiros depois de registrada em cartório.

QUESTÃO 84

No que se refere à desapropriação e à requisição administrativa, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em caso de desapropriação por necessidade pública, o STF firmou entendimento de que, para a imissão provisória na posse, é suficiente o pagamento, pelo Poder Público, do valor cadastral do imóvel, sem prejuízo da discussão judicial sobre a diferença entre o valor cadastral e o valor determinado por avaliação prévia.
- ❷ A requisição administrativa, que tem fundamento constitucional, é, em regra, onerosa e independe de intervenção prévia do Poder Judiciário, salvo nos casos em que a intervenção recaia em bens imóveis.

QUESTÃO 85

Julgue os itens abaixo, acerca dos princípios básicos e da responsabilidade civil da administração pública.

- ❶ A obrigação dos órgãos públicos de permitir o acesso de particulares a informações de seu interesse particular materializa, no texto constitucional brasileiro, um dos aspectos do princípio da publicidade.
- ❷ Celebrado um contrato administrativo para a construção de um túnel, após a realização do devido processo licitatório, afasta-se a responsabilidade objetiva do Estado por qualquer dano decorrente da obra, uma vez que pela sua execução responde apenas o particular contratado, que, nessa hipótese, não atua na condição de prestador de serviço público.

QUESTÃO 86

Julgue os seguintes itens, a respeito dos serviços públicos.

- ❶ A prestação descentralizada de serviço público pode ser corretamente realizada por meio da outorga desse serviço, feita diretamente pela lei, para uma entidade da administração indireta ou para um ente privado.
- ❷ Em decorrência da concessão de serviço público, feita por meio de contrato administrativo, celebrado após realização de licitação na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas concessionárias equiparam-se, para todos os fins, a autoridades públicas, sendo todos os seus atos sujeitos a mandado de segurança.

QUESTÃO 87

No referente à organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O patrimônio das autarquias vinculado às suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes goza da imunidade tributária recíproca, prevista na Constituição da República.
- ❷ Nos termos da Constituição da República, as empresas públicas prestadoras de serviço público submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas; em conseqüência, a elas jamais se aplica, segundo o entendimento do STF, o regime de precatório para fins de pagamento de valores devidos em razão de sentença judicial.

QUESTÃO 88

No que se refere à desapropriação, julgue os itens a seguir.

- ❶ No caso de a administração pública dar ao imóvel expropriado uma destinação pública diversa da mencionada no ato expropriatório, cabe a retrocessão.
- ❷ Salvo para os bens insuscetíveis de valoração patrimonial, a característica de inalienabilidade dos bens públicos não é absoluta.

QUESTÃO 89

No referente ao poder de tributar no Brasil, julgue os itens a seguir.

- ❶ O poder de tributar decorre de uma relação de poder e não de uma relação jurídica, de modo que seu exercício não depende de previsão expressa no texto constitucional.
- ❷ Competência tributária é o poder tributário juridicamente delimitado, isto é, partilhado entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

QUESTÃO 90

Uma empresa farmacêutica, irregularmente constituída e sem obter autorização do Ministério da Saúde, vendeu ilicitamente produto para emagrecimento durante período de aproximadamente um ano. Também não procedeu a empresa ao recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos com a venda ilícita.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Não há que se reprovar a empresa pelo não-recolhimento do imposto de renda, uma vez que, sendo a venda ilícita, não ocorre o fato gerador e, por conseguinte, a obrigação tributária.
- ❷ O recolhimento do imposto não é devido em virtude de a empresa farmacêutica não ter sido regularmente constituída, uma vez que a inexistência de personalidade jurídica impede a ocorrência do fato gerador e o nascimento da obrigação tributária.

QUESTÃO 91

O governo federal editou, em 12/12/2002, medida provisória, convertida em lei 40 dias depois pelo Congresso Nacional, reduzindo os prazos de prescrição e decadência do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), além de majorar a alíquota desse imposto incidente sobre as propriedades rurais com mais de 50 hectares. Com a mudança legislativa, o governo federal aumentou em 40% a arrecadação do ITR no exercício de 2003.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- ❶ É juridicamente reprovável a aplicação, no exercício de 2003, da referida medida provisória convertida em lei para a majoração do ITR, vez que ela não atende aos requisitos específicos previstos, na Constituição da República, para tal fim.
- ❷ Relativamente à redução dos prazos de prescrição e decadência do ITR, a medida provisória convertida em lei não merece censura jurídica, desde que as novas regras sejam aplicadas exclusivamente às obrigações tributárias nascidas após a sua publicação.

QUESTÃO 92

Acerca da incidência, não-incidência e isenção tributária, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Por meio da imunidade, a Constituição da República suprime parte da competência tributária dos entes políticos, proibindo o legislador de definir determinada situação como fato gerador de tributo. A imunidade consiste na não-incidência constitucionalmente qualificada.
- ❷ A ordem jurídica brasileira não admite, em nenhuma hipótese, isenção heterônoma.

QUESTÃO 93

A Constituição da República em vigor classifica os tributos em impostos, taxas e contribuições de melhoria. Além disso, o texto constitucional faz referência às contribuições especiais ou parafiscais e ao empréstimo compulsório. Acerca das contribuições de melhoria e do empréstimo compulsório, julgue os itens a seguir.

- ❶ A contribuição de melhoria somente pode ser cobrada em virtude de valorização imobiliária decorrente de obra pública. A contribuição deve ser cobrada dos proprietários dos bens imóveis valorizados e está sujeita a dois limites: geral e individual. Aquele impõe que o valor cobrado de todos os proprietários da região beneficiada não seja superior ao valor da despesa realizada com a obra. Este, por sua vez, determina que o valor cobrado de cada proprietário individualmente não seja superior ao total da despesa realizada com a obra pública dividida pelo número de proprietários da região beneficiada por ela.
- ❷ Os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos apenas pela União, por meio de lei complementar, para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, guerra externa e investimento público de caráter urgente e relevante, observado, em todos os casos, o princípio da anterioridade tributária.

QUESTÃO 94

Um particular adquiriu, em uma loja comercial, três ventiladores, para pagamento em dez prestações mensais, vencendo a primeira trinta dias a contar da data da compra. Para resguardar-se de eventuais problemas de inadimplência, a empresa estabeleceu que a retirada da mercadoria do estabelecimento comercial somente será permitida após o pagamento da oitava prestação, 240 dias após a realização da compra, e que, ocorrendo a inadimplência do comprador antes do pagamento da oitava prestação, este será restituído em 80% do que houver efetivamente pago, ficando os 20% restantes em poder da empresa, a título de pena pecuniária.

Tendo em vista essa situação hipotética e considerando que o fato gerador do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) é a saída da mercadoria do estabelecimento comercial, industrial ou produtor, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A obrigação tributária decorrente da operação comercial mencionada não é contemporânea ao aperfeiçoamento do respectivo contrato de compra e venda.
- ❷ Na hipótese de inadimplemento do particular, fica a empresa comercial obrigada ao pagamento do ICMS sobre a parcela de 20% retida.

QUESTÃO 95

A lei atribuiu à fonte pagadora da renda e proventos o dever de retenção e recolhimento do “imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza” (imposto de renda).

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

- ❶ Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), a fonte pagadora, embora não seja titular da disponibilidade da renda ou proventos, é o sujeito passivo da obrigação tributária principal relativa ao imposto de renda, na condição de responsável.
- ❷ De acordo com o CTN, a fonte pagadora da renda ou proventos não é o contribuinte do imposto de renda, vez que não tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

QUESTÃO 96

O proprietário de três apartamentos vendeu um deles poucos dias antes de falecer. Com sua morte, seus bens foram divididos com a viúva e dois filhos. Os três apartamentos estavam com o imposto predial e territorial urbano (IPTU) em atraso.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Na hipótese do apartamento vendido, se a certidão de quitação do IPTU emitida pela fazenda pública estadual não vier a constar da escritura de compra e venda, o adquirente do imóvel fica obrigado ao pagamento do referido imposto em atraso.
- ❷ Quanto aos apartamentos incluídos na herança, até a abertura do inventário, fica obrigado o espólio ao pagamento do IPTU em atraso. Aberta a sucessão, até a partilha, a responsabilidade pelo pagamento recai sobre os sucessores a qualquer título.

QUESTÃO 97

Lei, editada em 2000, regedora de determinado tributo vinculado à exportação de mercadorias previu os valores tributários, os decorrentes de penalidades pecuniárias inclusive, em moeda estrangeira. Em 10/4/2003, foi editada nova lei, reduzindo o valor das penalidades pecuniárias em 15%.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Salvo disposição em contrário, a conversão em moeda nacional do valor do tributo devido far-se-á ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.
- ❷ Os novos valores das penalidades pecuniárias aplicam-se às obrigações tributárias não-extintas, inclusive àquelas decorrentes de fatos geradores anteriores a 10/4/2003.

QUESTÃO 98

Acerca das modalidades de lançamento, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O lançamento de ofício é feito por iniciativa da autoridade administrativa com base em informações prestadas pelo contribuinte, ou por terceiro, quanto à matéria indispensável à sua efetivação.
- ❷ No lançamento por declaração, os erros apurados na declaração podem ser revisados de ofício pela autoridade administrativa competente para a revisão.

QUESTÃO 99

Um contribuinte deixou de pagar, no vencimento, tributo relativo à venda de mercadorias, sujeitando-se à penalidade pecuniária pela mora.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Segundo o CTN, o pagamento de penalidade pecuniária não exime o contribuinte do pagamento do tributo.
- ❷ Na hipótese de o contribuinte propor o pagamento parcial do crédito tributário, deve o fisco recusar o recebimento, uma vez que o CTN não admite quitação parcial.

QUESTÃO 100

O governo federal editou lei alterando a natureza de produto destinado à exportação de industrializado para semi-elaborado, de modo que sobre tal produto passou a incidir tributo antes não incidente. Por se sentir prejudicado, certo contribuinte impetrou mandado de segurança, com pedido liminar, visando evitar futuras cobranças do novo tributo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Na hipótese mencionada, é cabível o mandado de segurança preventivo, tendo ocorrido, ou não, fatos geradores relativos ao novo tributo.
- ❷ Somente a concessão da segurança teria efeito suspensivo sobre eventual crédito tributário.

